



Surdocegueira: algumas considerações para a educação¹¹

Sordoceguera: algunas consideraciones para la educación

Marcia Regina Gomes¹²

RESUMO

Este texto tem como propósito apresentar algumas considerações, ainda que breves, acerca do universo da surdocegueira no que tange aos desafios impostos por essa condição à realidade educacional. Inicialmente, é apresentada uma síntese do leque de possibilidades de combinações das perdas visual e auditiva e os efeitos produzidos em um indivíduo na sua relação com o meio e, a seguir, faço uma articulação com as necessidades comunicacionais específicas desses sujeitos para a dinâmica pedagógica.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo presentar algunas consideraciones, aunque breves, acerca de la sordoceguera en cuanto a los desafíos planteados por esta condición a la realidad educativa. Inicialmente, presento un resumen de la gama de posibilidades de combinaciones de las pérdidas visual y auditiva y sus efectos sobre el sujeto en su relación con el medio y, después, hago una conexión con las necesidades específicas de comunicación de los sujetos a la dinámica pedagógica.

¹¹ Tema apresentado no Fórum Permanente de Educação, Linguagem e Surdez, em 12 de maio de 2015, no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro.

¹² Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e especialista na Educação de Surdocegos pela Perkins School for the Blind. marciaregia@gmail.com

Tais subsídios estão apoiados na pesquisa realizada por mim, em 2006, com crianças surdocegas que se comunicam em nível pré-simbólico, bem como nos dados iniciais do estudo que está sendo desenvolvido também por mim, no acompanhamento de um aluno surdocego pós-linguístico no curso de graduação em Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Por fim, aponto para a formação do docente com base no princípio da acessibilidade previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Palavras-chave:

Surdocegueira. Educação especial. Acessibilidade.

Estes subsidios se apoyan en la investigación que he desarrollado con niños sordociegos que se comunican en el nivel pre-simbólico, así como en los primeros datos del estudio que estoy desarrollando, a través del acompañamiento de un estudiante sordociego post-linguístico en el curso de Licenciatura en Pedagogía del Instituto Nacional de Educación de Sordos (INES). Y, por último, yo apunto a la formación docente desde el principio de accesibilidad establecido en el Estatuto de la Persona con Discapacidad.

Palabras-clave:

Surdoceguera. Educación especial. Accesibilidad

INTRODUÇÃO

A surdocegueira é uma condição decorrente da combinação das perdas, parcial ou total, dos sentidos da audição e visão nos indivíduos e que traz como consequência dificuldades na comunicação, no acesso às informações e na mobilidade.

A visão e a audição são sentidos que captam informações a distância de ordem temporal, direcional e simbólica de nosso sistema neurossensorial e que, quando bem integradas, organizam nosso comportamento e a interação bem-sucedida com o ambiente. As experiências vividas por pessoas com deficiências visual e/ou auditiva são diferentes daquelas que têm sua visão e audição preservadas. Para aqueles que

enxergam e ouvem, a integração das informações recebidas por meio das vias sensoriais ocorre sem que haja consciência disso.

As dificuldades que decorrem dessa privação sensorial têm um impacto significativo na vida das pessoas, mesmo quando não são totalmente surdas ou cegas. Essas dificuldades podem ocorrer mesmo quando as perdas, tanto da audição como da visão forem leves, pois os dois sentidos trabalham juntos e, um normalmente ajudaria a compensar a perda de outro. Por exemplo, uma pessoa pode ter problema para ouvir o que outra está dizendo, bem como ter dificuldade para ler as pistas visuais que acompanham a comunicação de todo ser humano, como expressão facial ou corporal do interlocutor.

O reconhecimento das possibilidades das associações das perdas auditiva e visual em seus diversos graus e tipos determinará as necessidades individuais de cada pessoa que apresenta essa condição. Por exemplo, se uma pessoa possui surdez severa ou profunda e baixa visão, necessariamente sua língua de comunicação deverá ser a língua de sinais de natureza viso-espacial. Dependendo da capacidade funcional da visão, ou seja, acuidade visual e sensibilidade para contrastes, dentre outras, essa comunicação estará prejudicada se não for acessada por meio da via tátil da pessoa surdocega, a chamada comunicação mão sobre mão ou Libras tátil. Entretanto, essa pessoa poderá desenvolver seu potencial visual para a mobilidade, permitindo sua independência em algumas outras atividades de seu dia a dia. A compensação sensorial, nesses casos, se dá por meio de outros sentidos, que para nós, ouvintes e videntes, ficam fora de nossa consciência e aprendizagem social —

tato, olfato e proprioceptivos, responsável, este último, pelo nosso movimento no espaço e pelo equilíbrio.

Dada a dificuldade de se traçar um perfil único dessa população, estudos na área classificam inicialmente a surdocegueira em dois grandes grupos: surdocegueira congênita e adquirida (GOMES, 2006; GALVÃO, 2010; CORMEDI, 2011).

Surdocegueira congênita

A surdocegueira congênita se refere a indivíduos que nasceram com a privação dos sentidos da audição e visão, independentemente do grau de perda de cada um deles, já a adquirida se refere aos indivíduos que se tornaram surdocegos em dado momento da vida. No entanto, esses estudos mostram ainda, que indivíduos que adquiriram a surdocegueira antes da aquisição de uma língua possuem as mesmas especificidades e necessidades dos indivíduos surdocegos que nasceram com essa condição. Em função da natureza linguística, esses indivíduos são denominados de surdocegos pré-linguísticos, dada a necessidade de apoio individual para interagir com o meio e o desenvolvimento das habilidades comunicativas, o que difere daqueles que adquiriram a surdocegueira após a aquisição de uma língua, seja oral ou a de sinais.

SURDOCEGUEIRA CONGÊNITA

A privação desses dois sentidos presentes desde o nascimento de uma criança pode levar a quadros de isolamento devido a dificuldade

que ela tem para interagir com o ambiente e estabelecer relações sociais, ou seja, na base para todas as aquisições futuras. Essas crianças não adquirem naturalmente a linguagem como as crianças que têm sua audição e visão preservadas nas atividades e experiências do cotidiano. Essa aquisição precisará ser facilitada por outra pessoa, por meio do uso de seus sentidos remanescentes. Vale ressaltar que as informações recebidas por esses sentidos podem ser limitadas para a compreensão real dos significados dos objetos, pessoas e situações na maioria das experiências do dia a dia de pessoas surdocegas, o que traz como consequência dificuldades para generalizar conceitos, transferir aprendizagens e compreender o significado e o sentido do que vivencia.

Nesses casos, para que possam desenvolver suas habilidades comunicativas, as crianças surdocegas dependem da capacidade de um parceiro em interpretar e responder às formas não simbólicas de comunicação de forma coerente e perceptível para elas, levando-as a antecipar comportamentos comunicativos e garantindo seu turno nas trocas interativas (GOMES, 2006).

Considera-se, portanto, competência comunicativa como uma construção interpessoal em um processo contínuo, no qual os parceiros de interação se adaptam um ao outro e, mutuamente corregulam seus comportamentos para atingir um objetivo (OLSSON; GRANLUND, 2003; AMARAL, 2003; OLSSON, 2004; GOMES, 2006).

SURDOCEGUEIRA ADQUIRIDA

A surdocegueira adquirida é uma condição que pode decorrer de várias causas como doenças, traumatismos ou mesmo da idade. Muitas pessoas com surdocegueira adquirida foram capazes de enxergar e ouvir a maior parte de suas vidas. Outras, no entanto, nasceram privadas de um dos dois sentidos — audição ou visão. Por exemplo, uma pessoa pode ter nascido com surdez e desenvolvido alguma doença que afetou sua visão, como, por exemplo, glaucoma na idade adulta. Entretanto, existem pessoas dentre os surdocegos adquiridos que possuem resíduos visual e auditivo, mas cuja combinação dessas perdas interfere no desempenho de suas atividades de vida diária.

Se por um lado considerar-se o fato de que essas pessoas tiveram a oportunidade de entrar em contato e desenvolver uma língua, seja ela oral ou a de sinais, isto é, possuem um sistema de comunicação simbólica que lhes permitam a manutenção das relações sociais; por outro lado, o impacto psicológico nesses indivíduos pode ser tão profundo que necessitarão de tempo e atenção especial para a adaptação de seu sistema sensorial a essa nova condição. O sentido tátil será o canal sensorial principal para receber todas as informações do ambiente, associado aos resíduos visuais e/ou auditivos, quando houver. A comunicação desses indivíduos se dará por meio da Libras tátil (mão sobre mão), quando for usuário da língua de sinais; ou pelo Tadoma, quando a pessoa surdocega for falante da língua oral. Nesse caso, ela posicionará sua mão de maneira suave sobre a face do interlocutor (pontos de articulação oral) para receber a mensagem.

Além da fundamental adaptação de seu sistema de comunicação, o surdocego adquirido precisará passar por um treinamento de orientação e mobilidade tanto para os ambientes internos, quanto externos, bem como desenvolver habilidades para as atividades de vida diária. A maioria dos casos necessitará dos serviços de apoio do guia-intérprete, cuja função será a de interpretação linguística, contextualização do ambiente e guia para os deslocamentos do surdocego, garantindo assim a participação efetiva e autônoma desses sujeitos nos diferentes setores da sociedade.

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

O universo da surdocegueira é complexo e impõe muitos desafios aos gestores, professores e profissionais da educação para garantir o acesso e a permanência desses indivíduos nas escolas a fim de que possam assumir seu papel na sociedade. Não menos intenso são os desafios travados pelas famílias de crianças que apresentam essa condição na busca de diferentes recursos e escolas que atendam às necessidades específicas de seus filhos e, ainda, pelos próprios surdocegos que necessitam romper barreiras frente aos estereótipos presentes no padrão social.

No que tange às necessidades educacionais, o estudo realizado por Gomes (2006) sobre a interação de mediadores com crianças surdocegas congênitas mostra que o desenvolvimento das habilidades comunicativas constitui-se no fio condutor de todo o processo educativo. Essas crianças, segundo Van Djik (1968), por terem sido privadas da visão e da audição desde seu nascimento, não apresentam muito inte-

resse pelo mundo exterior, suas experiências e significados do mundo se estendem até onde seus dedos alcançam. Elas, portanto, não conseguem se comunicar da forma como nós, ouvintes e videntes comunicamos; as pistas visuais e auditivas que recebemos são elementos importantes para a relação com o entorno e negociação de significados presentes em um ato comunicacional. Crianças surdocegas pré-linguísticas precisarão ser apoiadas por interlocutores competentes, capazes de inferir significados e responder às ações das crianças de forma coerente e perceptível para elas. Entretanto, conforme ressalta Olsson (2004), a interpretação dos sinais não verbais de uma criança que funciona em nível pré-simbólico é uma tarefa complexa devido à dificuldade em associar o comportamento ao seu significado e à sua intenção comunicativa.

Ainda, segundo o estudo realizado por Gomes (2006) destaca em suas análises das interações que a intencionalidade, a sincronia e a reciprocidade na comunicação com essas crianças constituem habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas por mediadores sensíveis ao mundo pré-simbólico da criança surdocega, através do tato e da proximidade.

Diante desse quadro, muitas são as perguntas feitas por profissionais, professores e mediadores ao primeiro contato com essas crianças nas escolas:

- Como começar a me comunicar, se ela não pode ver e ouvir e ainda tem pouca independência motora?
- Como me aproximar para interagir, se ela me recusa?

- Como ensinar a ler, escrever e contar se elas não se comunicam?

Esses e outros desafios no percurso educacional requerem uma abordagem que leve em conta a forma como esses alunos funcionam no ambiente e suas reais necessidades de aprendizagem para que possam atribuir significados às suas experiências. Nesse sentido, Kauffman (2003) sugere que alguns alunos que apresentam necessidades específicas precisam aprender coisas diferentes das que compõem o currículo das escolas e não apenas aprender esse currículo de forma diferente ou em um local diferente.

Cabe, no entanto, fazer um recorte aqui para diferenciar a natureza das necessidades específicas das pessoas que apresentam a surdocegueira adquirida durante seu processo educacional, as quais supostamente apresentam domínio de um sistema simbólico de comunicação — Libras ou língua oral, conforme dito anteriormente. Nesses casos, o suporte necessário diz respeito às adaptações desse sistema de comunicação para o canal sensorial perceptível viável dessa pessoa, de forma que ela possa ter acesso a todas as informações que circulam no ambiente educacional (Libras tátil ou Tadoma, ambos acessados pela via tátil). Para isso, a presença de um guia-intérprete na escola é fundamental para a mediação linguística dos conteúdos das aulas, bem como para as demais atividades da instituição de ensino, sobretudo, quando as pessoas do entorno desconhecem as particularidades da condição de uma pessoa que apresenta a surdocegueira. A função do guia-interpretação, nesses casos, vai além da interpretação linguística, abrange também a contextualização do ambiente no momento em que

acontece a interpretação, descrevendo características do cenário durante a atividade e as ocorrências próprias de uma dinâmica interativa nas aulas para que o surdocego possa participar efetivamente de todos esses eventos. De acordo com Vinãs (2004), para dar conta dessa atribuição, esse profissional deve ter o conhecimento dos diferentes sistemas de comunicação utilizados por surdocegos, bem como conhecer as técnicas de orientação e mobilidade para facilitar ou mesmo guiar os deslocamentos seguros dessas pessoas na instituição. Nas palavras dos surdocegos, o guia-intérprete funciona como “os olhos e os ouvidos” na intermediação com o ambiente que os cercam.

Para esse grupo de surdocegos, outros suportes são necessários para que possam estudar os conteúdos dados em sala de aula, porém as indicações de adaptação necessária devem ser dadas pelos próprios estudantes. Eles irão informar se os textos devem ser em tinta ou em Braille; se em tinta, o tamanho da fonte e as cores de contraste. O uso de recursos tecnológicos, em geral, é sempre bem-vindo para aqueles que possuem um resíduo visual funcional.

Dados iniciais de um estudo em andamento com um aluno surdocego pós-linguístico, o qual está frequentando o curso de Graduação em Pedagogia no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), apontam a necessidade de ajustes tanto da parte dos professores, quanto dos colegas de turma e do próprio aluno. No que diz respeito aos professores:

- Adequações na apresentação visual de suas aulas para que esse aluno, da mesma forma que os demais, possa acompanhar a leitura do material que está sendo apre-

sentado na tela de seu computador individual da sala de aula.

- No compasso da explanação oral, prevendo o tempo para o guia-intérprete contextualizar situações contingenciais da dinâmica interativa da aula.
- Material didático em tinta ampliado em fonte e cores de contraste indicadas pelo aluno.
- Textos de estudo devem ser disponibilizados eletronicamente para que o aluno possa fazer suas leituras em casa com maior conforto.

O aluno surdocego em questão, ainda que demonstre estar motivado e empenhado nos seus estudos, sugere estar sentindo o peso do excesso do material de leitura das diferentes disciplinas que, por opção, está cursando. É compreensível tal manifestação, uma vez que, em função de sua dificuldade visual precisará de muito mais tempo para ler os textos e pesquisar significados de palavras que desconhece para que faça sentido aquilo que lê e possa articular com o que foi debatido em aula. É importante lembrar que para esse aluno não existe a possibilidade de registro durante a aula pelo fato de que suas mãos estão ocupadas, recebendo as informações que estão sendo transmitidas pelo intérprete. Portanto, é necessário que o próprio aluno se conscientize da necessidade de regular o número de disciplinas para cursar, de maneira a atender às suas possibilidades e aos limites da carga de estudo para alcançar as demandas do curso. A necessidade de flexibilização quanto ao tempo para integralização dos créditos pode ser verificada no estudo realizado por Arndt (2011) com estudantes surdocegos na universidade.

Quanto aos colegas de turma, ainda que se mostrem disponíveis para apoiar o colega surdocego, eles precisam ser alertados e sensibilizados para o ritmo da dinâmica pedagógica em sala, sobretudo quanto à necessidade de se falar um de cada vez para que o guia-intérprete possa transmitir toda a informação contida naquele evento.

Necessidades de outra ordem poderão ser demandadas em função do tipo e do grau de perda visual e auditiva de alunos que apresentam essa condição. Assim como a previsão de que certas adaptações podem funcionar bem para determinados indivíduos e não tão bem para outros. Essas são circunstâncias que deverão ser analisadas no decorrer do ensino, levando-se em conta as opiniões dos próprios alunos quanto ao efeito produzido pelas adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários são os desafios no percurso do profissional de ensino, quando em contato com uma realidade educacional tão diversificada e complexa, como é o caso dos alunos que apresentam a surdocegueira. Embora toda a responsabilidade não se concentre nele, seu bom desempenho é fundamental nesse processo. Uma reflexão constante durante todo o processo educativo quanto à forma com que esses alunos funcionam no ambiente é necessária no sentido de uma mudança na maneira de percebê-los e atuar pedagogicamente.

Com base nos princípios da igualdade e equidade de oportunidades, as ações destinadas a superar supostos obstáculos requerem um esforço conjunto e articulado de todos os atores envolvidos na prática

educacional, sobretudo na adoção das recomendações previstas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13146/2015), na perspectiva de remoção de barreiras de comunicação e atitudinais, dentre outras. Essa ação garantirá a permanência desses estudantes nas escolas. Tal concepção associa o termo “inclusão” à ideia de “acessibilidade”, que se pretende universal, e não um “lugar especial” para essas pessoas.

Diante desse cenário, por fim, destaco a formação inicial de professores quanto ao seu limite para o desenvolvimento profissional ante as exigências específicas da população de pessoas com deficiência. No entanto, ela pode assumir um caráter preventivo, sensibilizando os futuros docentes para a diversidade encontrada nesse grupo de pessoas e suas necessidades típicas. A formação continuada adquire, aqui, especial relevância como um espaço para reflexão e saídas para essas exigências, sobretudo quando vinculadas à realidade concreta em que vive o professor na organização das próprias experiências. Entendendo, assim como Nóvoa (1995, p. 25), que a formação docente “não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos técnicos, mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I. Analyzing teacher/child interactions: what makes communication successful?. *Deafblind International Mammouth DBI Review*, v. 32, p. 12-18, jul/dez. 2003.
- ARNDT, K. *Estudiantes universitarios que son sordociegos*. Consorcio Nacional sobre Sordoceguera - NCDB. Perspectivas de Práctica - Destacando la información sobre la sordoceguera, n.7, febrero 2011. Disponível em: <[www.http://documents.national.org/products/College-Students-Span.pdf](http://documents.national.org/products/College-Students-Span.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRASIL. Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.
- CORMEDI, M.A. *Alicerces de significados e sentidos: aquisição da linguagem na surdocegueira congênita*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GOMES, M.R. *Estudo descritivo de uma prática interativo-reflexiva para professores em formação inicial: subsídios para formação de professores de crianças surdocegas e aquelas com deficiência múltipla*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- KAUFFMAN, J.M. Conferir coerência à educação. In: CORREIA, L.M. (Org.). *Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto (Portugal): Porto Editora, 2003. p.155-205.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____ (org). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 15-33.
- OLSSON, C.; GRANLUND, M. Presymbolic communication intervention. In: SCHLOSSER, R. (Org.). *The efficacy of augmentative and alternative communication*. San Diego: Academic Press, 2003. p. 299-322.
- OLSSON, C. Dyadic interaction with a child with multiple disabilities: a system theory perspective on communication. *Augmentative and Alternative Communication*, v. 20, n. 4, p. 228-242, 2004.
- VAN DJIK, J. Movement and Communication with Rubéola Children. Unidad de Sordo-Ciegos, St.Michielsgestel, Holand. In: *Conferência pronunciada en la Reunión General Anual*. 1968, Madrid: Asociacion Nacional de Sordo-Ciegos y Niños Rubeolicos ONCE, 1968.
- VIÑAS, P.G. La Educacion de las personas sordociegas. Diferencias y procesos de mediación. In: VIÑAS, P.G.; REY, R.R. (Coords.). *A sordocegueira: un analisis multidisciplinar*. Madrid: Organización Nacional de Ciegos Españoles - ONCE, 2004. cap.6. CD-ROM.